

Fiat Tocantins: histórias (d)e poderes^{*}

Elson Santos Silva Carvalho^{**}

Temis Gomes Parente^{***}

Resumo. A formalização da autonomia do Estado do Tocantins, pelo texto da Constituição Federal de 1988, utiliza a palavra “criação”. Este princípio é reforçado na ideia de um espaço vazio e povos abandonados, encontrados em discursos de alguns indivíduos. Pela análise de comportamentos pontuais e simbólicos de José Wilson Siqueira Campos, primeiro governador, bem como pelo diálogo com interpretações sociológicas, psicológicas e teológicas, esta pesquisa possibilita reflexões sobre a gênese do poder público e os direcionamentos à legitimação das relações de propriedade e mérito que envolve sua representação social.

Palavras-chave. Autonomia do Tocantins; Siqueira Campos; Poder Político; Poder Simbólico.

Let there be the State of Tocantins: histories and power

Abstract. The writ on the autonomy of the state of Tocantins, Brazil, in the 1988 Federal Constitution employs the term ‘creation’. This concept reinforces the idea of empty space and abandoned peoples through the discourses of individuals. Current research analyzes the specific and symbolic behavior of the first governor José Wilson Siqueira Campos, coupled to debates on the sociological, psychological and theological interpretations. The above produces the genesis of public authority and guidelines towards the legitimating of ownership and merit that involves social representation.

Keywords: Autonomy of Tocantins; Siqueira Campos; Political power; Symbolic power.

* Artigo recebido em 02/05/2012. Aprovado em 25/08/2012.

** Mestre em Ciências do Ambiente pela UFT e professor da Universidade Federal de Tocantins (UFT), Palmas/TO, Brasil. E-mail: profelson@uft.edu.br

*** Doutor em História pela UFPE, Recife/PE, Brasil. Professor da Universidade Federal de Tocantins (UFT), Palmas/TO, Brasil. Bolsista de produtividade do CNPq/Brasil. E-mail: temis.parente@uol.com.br

Fiat Tocantins: histórias (d)e poderes

Resumen. A partir del texto de la Constitución Federal de 1988, la formalización de la autonomía del Estado de Tocantins se da a partir del uso de la palabra “creación”. Este principio se refuerza en la idea de un espacio vacío y pueblos abandonados, extraída de discursos de algunos individuos. A partir del análisis de comportamientos puntuales y simbólicos de José Wilson Siqueira Campos, primer gobernador, así como del diálogo con interpretaciones sociológicas, psicológicas y teológicas, esta investigación posibilita reflexiones sobre la génesis del poder público y las formas de legitimación de las relaciones de propiedad y mérito que envuelven su representación social.

Palabras Clave: Autonomía de Tocantins; Siqueira Campos; Poder político; Poder simbólico.

Ao esperado...

O objeto deste estudo está espacialmente baseado no Estado do Tocantins, mais especificamente em particularidades de sua “criação” ou “invenção” no contexto da emancipação do Estado de Goiás, em 1988. As perspectivas que permitem uma investigação acerca do Poder representativo serão utilizadas para uma reflexão mais aprofundada do que se apresenta pelo Público (aquí, os elementos políticos, eleitos ou nomeados) e o público (a população representada)¹. Investigações sobre os discursos autonomistas (ou discurso autonomista) serão possibilitadas pelos elementos históricos extraídos de considerações de pesquisadores como Cavalcante (2003) e Oliveira (1998). Personagens e eventos atrelados à emancipação política do Tocantins, em colóquios mais fluidos e internos, apresentam um exercício analítico, uma possibilidade de observar as procedências, particulares, de um poder representativo cuja criação se antecipava ao Estado.

¹ Esta distinção é meramente linguística, já que não é interesse do trabalho determinar a relevância de um sobre o outro a partir de uma capitulação. Apresentar-se-ão discursos em que estas perspectivas são percebidas, inclusive nos argumentos elencados do processo de apartamento político do Estado de Goiás.

No ensejo dessas posições, algumas perguntas se replicarão em outras ideias nessa pesquisa: quais as legitimações para o surgimento de um poder público e representativo? As ações e desejos de um indivíduo podem receber todos os créditos por um processo social complexo, como a emancipação tocaninense? É possível um Estado, com fronteiras e corpo burocrático, ter sido criado à revelia de sua população? A partir deste prisma, apresentar-se-á uma analogia da greve de fome de quase 100h, deflagrada por José Wilson Siqueira Campos em 1985, com os jejuns políticos de Mahatma Gandhi, especialmente dos anos 1930, no século passado. Por mais que sejam contextos distintos, interessa compreender como a intencionalidade de um comportamento, tornada pública, traz consigo uma série de representações, imagens e reconhecimento do público. Portanto, como transita conscientemente do arbítrio individual para a identidade social.

Antes da discussão sobre as ações de grupos políticos no processo autonomista do Estado do Tocantins em relação a Goiás, seguem algumas considerações sobre a origem do poder representativo e a formação das elites. Além disso, as implicações de uma verticalização e imposição das vontades individuais.

Ser ou Estado? Sobre os Tocantins imaginados e inventados

Algumas perspectivas bibliográficas sobre as discussões e intenções no discurso autonomista do Tocantins orientarão a seguinte interpretação: Hobsbawm cunhou uma síntese conceitual apropriada à natureza dos argumentos para se legitimar a separação dos tocaninenses ou o estabelecimento de novas relações identitárias, a ideia das tradições inventadas.

Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma

continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM; RANGER, 1999, p. 9).

Entre os anos 1970 e 1980 do século passado, o Norte do Estado de Goiás, aproveitou a abertura política que possibilitaria a recomposição gradual das unidades representativas, legislativas e executivas, nos Estados brasileiros. O processo recente, aproximado do cenário de redemocratização brasileiro, resgatou elementos e demandas pontuais, separadas por tempos, condições e necessidades distintas. Se aquela formação social precisava ser legitimada, também precisava ter uma linearidade temporal, mesmo que não tivesse sido constatada publicamente ou se mantivesse estagnada, aguardando o momento com condições ideais para proliferação. Uma tradição inventada não significa, nesse contexto, uma gênese espontânea de fatos, antes, uma seleção de elementos históricos, convenientes ao interesse de seu propositor.

Ao alertar para o cuidado que se deve ter em considerar os fluxos e refluxos do lembrar como objeto de análise, Burke afirma que:

Considerando-se o fato de que a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade (BURKE, 1992, p. 72-73).

Para Anderson (2003), é possível extrapolar ou complementar a ideia da invenção. Sua percepção de nação, procedente de comunidade, possui três condições fundamentais: limitação, soberania e imaginação. Limitação porque as fronteiras geográficas ou identitárias são necessárias: um apontamento e diferenciação do outro; soberania porque há reconhecimento de autoridade para lidar com a natural pluralidade desse espaço; e imaginação, porque seus componentes compartilham signos e símbolos comuns, que os aproxima de um mesmo espaço imaginário. As comunidades imaginadas são espécies de redes de parentesco que implicam em laços permanentes e relativa tolerância com

particularidades de seus membros. Ainda revela uma “camaradagem horizontal”, que excede imposições políticas ou de outra natureza.

A perpetuação dessas redes imaginadas - invisíveis, porém, sólidas – alcançou fluidez com o avanço das técnicas de comunicação em massa, especialmente a imprensa escrita, migrada posteriormente para o rádio e a televisão. É inaugurado um tempo da simultaneidade. O Editorial do relançamento do jornal *O Estado do Tocantins*, redigido por Otávio Barros da Silva em 1º de maio de 1975, realçava a importância da transmissão de informações, para que mais pessoas tivessem acesso ou reconhecessem o discurso autonomista como relevante para suas vidas.

Vivemos na época da comunicação de massa. (...) Surge o primeiro número deste *O Estado do Tocantins*. Um jornal de luta pela criação da nova unidade da federação: o estado do Tocantins. O Tocantins somos todos nós – o rio que lhe empresta o nome ou seu co-irmão, o rio Araguaia. Três nomes estão ligados à criação do novo estado: brigadeiro Lysias Rodrigues, jornalista Trajano Coelho (diretor do periódico *Ecos do Tocantins*) e o magistrado Feliciano Machado Braga. Três líderes que deram tudo de si pela redivisão de nossa região. E por que não continuarmos aquela luta? Precisamos de sua participação, caro leitor. Precisamos de uma consciência coletiva em prol de nossa gente e de nossa região tocantino-araguaia. O que existe por aí é muita gente comodista na pressa de bens individuais. Vamos construir. Coletivamente. De mãos dadas. Há quase cinco anos que fazemos imprensa nesta região. Nossa conclusão é que estamos entrelaçados num determinismo histórico. A redivisão virá. O que precisamos é de uma consciência grupal, onde a luta, o diálogo e a confrontação resultem na aspiração maior de todos nós: o estado do Tocantins (SILVA, 1997, p. 39).

Por essa conclamação, atina-se não somente uma forma de recrudescer o fluido poder das elites locais, como também revesti-las de alguma blindagem à influência do Centro-Sul do Estado (e os poderes aí delimitados) no trato com outros fragmentos da Federação. Portanto, com a delimitação geográfica, soberania com uma burocracia autorregulatória e a imaginação, um laço identitário, havia consciência na necessidade do apartamento daqueles que se opunham à proposta. A alteridade “é muita gente comodista na pressa de bens individuais”, pelo editorial acima descrito.

O resgate de indivíduos que supostamente comungavam o desejo pela separação do Estado, propiciava uma linearidade histórica, logo, legitimidade ao grupo. Essas personagens figuram em episódios como o “Manifesto à Nação”, de 13 de maio de 1956, divulgado pelo Juiz de Porto Nacional, Feliciano Machado Braga, e que contava com o apoio de Trajano Coelho, redator do jornal *Ecos do Tocantins*, e o Brigadeiro Lysyas Rodrigues, defensor da integração da Amazônia ao país por via aérea. O teor das demandas realmente era alinhado às discussões de seus tempos, perdurando até meados dos anos 1970. O isolamento político e a dificuldades de aproveitamento da potencialidade do Norte goiano pesavam mais que a cisão em um novo Estado. Embora essa possibilidade fosse defendida, como no manifesto ao “Povo do Vale do Tocantins”, de 1943, não havia um plano ou ações políticas delimitadas que a sustentasse nos centros administrativos nacionais. Queriam, essencialmente, visibilidade às suas demandas.

Esta insatisfação existia mesmo antes dessas manifestações, mas com uma motivação diferente. De fato, “o movimento separatista do início do século XIX não teve a mesma determinação material que o movimento pela emancipação política do Tocantins em 1988. A conjuntura econômica do Norte Goiano no início do século XIX (1809) era pouco expressiva” (OLIVEIRA, 1998, p. 18). O arrefecimento das atividades de mineração e a pesada carga tributária, que incluía, até 1803, o Quinto (cobrado diretamente pela Coroa sobre o ouro em pó, antes da fundição em barras), as “entradas” (terceirizada por contratadores sobre todas as mercadorias comerciáveis, tanto importadas quanto exportadas), bem como as dificuldades de escoamento da produção e mão de obra contribuiu para que a Metrópole se afigurasse muito mais como usurpadora que estimuladora de atividades econômicas. A representação política não poderia ser bem vista pela parcela da população que esperou incremento de seus ganhos (PARENTE, 2002).

A incomunicabilidade e a articulação entre líderes estaduais e locais prejudicavam o fortalecimento do movimento do Norte goiano pela separação política. De fato, Campos argumenta que o distanciamento do poder central brasileiro, especialmente entre 1912 e 1930, possibilitava uma engenharia política complexa, corporificada pelo Partido Democrata, que arregimentava entre os coronéis do interior apoio político ou acordos mutuamente vantajosos. Os Caiado, Bulhões e Xavier de Almeida empreendiam um consciente controle sociopolítico da região (CAMPOS, 2003). Considerando a força, repressiva inclusive, das famílias associadas do Estado de Goiás, não houve muito espaço para organização social de movimentos contra a miséria e o abandono, principalmente pela dificuldade de dedução desta imbricada teia de acordos. A dificuldade, obviamente, não impediu levantes e resistências contra as forças locais, especialmente em desmandos e abusos, notadamente soterradas pelo monopólio das informações e dos registros judiciais construídos pelos coronéis. O Brigadeiro Lysias Rodrigues, em passagem entre Cavalcante e São João da Barra (hoje região do Paranã), descreve a situação da população:

Curioso é observar um contraste aqui: junto a um grande número de propriedades de vastidões territoriais que raramente os donos conhecem integralmente – vastidões que encerram as riquezas das mil e uma noites – há uma massa da população pobre, miserável, curtindo fome, devorada pelas doenças, sobretudo pelo impaludismo. Quando acabaremos com o latifúndio do Brasil...!? (RODRIGUES, 1987, p. 61).

Pragmaticamente, a situação social do Norte Goiano seria um dos elementos para fomentar discussões objetivas e legais sobre seu efetivo balizamento. Os fluxos migratórios advindos de ilhas produtivas da Amazônia Legal entre 1950 e 1970 eram ligados ao extrativismo da castanha e óleo babaçu, à garimpagem de ouro, diamante e cristal (em quantidades acanhadas) e o início da ocupação do cerrado com as monoculturas de grãos. Promoveu e atraiu essa dinâmica a própria construção da BR010 e BR230, respectivamente Belém-Brasília e Transamazônica (OLIVEIRA, 1998, p. 30). Estes vetores

possibilitaram uma densidade populacional relativa: surgiram vilas e oferta de prestação de serviços, condicionadas à característica de transitoriedade ou permanência de cada atividade econômica; sobravam, ainda, propriedades não-reconhecidas formalmente, mesmo ocupadas, especialmente na margem direita do Tocantins, nas proximidades dos povoados de São José do Duro (na região Sudeste, atual Dianópolis), Porto Imperial (hoje, Porto Nacional), seguindo ao Centro-Norte, na região de Pedro Afonso, do rio Sono.

Consideradas macroscopicamente como terras devolutas, a ocupação e exploração comercial desses espaços era dificultada para que os posseiros se tornassem efetivos proprietários. Seguiu-se o princípio norteador da criação da Lei de Terras, de 1850: a exclusão. O Império previa a devolução das terras ao Estado, partindo do pressuposto da condição de donatário das mesmas, herdando as premissas metropolitanas da Coroa lusitana. Com a Lei de Terras, a única forma de aquisição da terra se daria pela compra e procurou fixar claramente a distinção entre terras públicas e terras privadas, determinando que as terras devolutas seriam vendidas em hasta pública e leiloadas. A lógica seria a legitimidade da grande propriedade de terra e a dificuldade do posseiro em comercializar, apesar da liberação de seu uso. Tais condições oportunizavam às propriedades das elites locais uma adscrição das pequenas posses familiares.

Deve-se, ainda, incluir as comunidades indígenas entre os impactados com as regras fundiárias. No caso dos Xavantes que viviam na região próxima a Bom Jesus do Pontal e Porto Imperial (atualmente Monte do Carmo e Porto Nacional), ao resistir e fugir das “pacificações”, na verdade, aprisionamentos, iniciaram um processo migratório estratégico em direção ao Oeste, atravessando o Araguaia até as cabeceiras do rio das Mortes, em Mato Grosso. Para garantir sua sobrevivência, migraram no decorrer do século XIX, para locais mais distanciados da influência, pretensões e pressões dos grupos não-indígenas, vítimas ou algozes do saldo da política fundiária (GADELHA, 1989).

Já em 1981, com o arrefecimento da sustentação dos militares e enrijecimento das discussões sobre a abertura política e democratização no país, refletiu-se sobre a necessidade de excitar propostas formalizadas, que garantissem uma visibilidade num cenário fendido à reconstrução. Um grupo, apoiado por fazendeiros da região Norte de Goiás, resolveu agir, acrescentando o quê? aos argumentos históricos, representados em impressos pela região e o discurso da Cenog (Casa do Estudante do Norte de Goiás, uma associação de estudantes do Norte Goiano que se afastavam de suas casas para estudar na capital do Estado, principalmente, entre 1960 e 1964) elementos formais e científicos que legitimassem a cisão. Esse debate foi retomado e formalizado 20 anos depois da dissolução da Cenog, pela Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (Conorte). No congresso da entidade, realizado no mês de abril de 1982, em Brasília, foi levantada a necessidade da concepção de elementos alteritários à identidade goiana (OLIVEIRA, 1989, p. 32). Segue Oliveira, ao analisar as intencionalidades da Conorte:

Em nível da difusão da ideologia, a CONORTE encarregou-se de reanimar a luta separatista e dirigir a ação ideológica da classe dominante, na medida em que atuava na criação de uma opinião pública própria ao tocaninense. Tal ação era importante já que o público local tinha uma concepção bastante confusa e restritiva sobre os limites dos interesses da elite dominante quanto à causa separatista. Com a vitória desta, viria a criação de mais cargos eletivos: governadores e Secretarias de Estado, vagas no Senado e na Câmara Federal, criação de Assembléias e Tribunais de Justiça, etc. Isto só seria possível a partir de uma aspiração autonomista. Neste sentido, o elemento separatista defendido pela CONORTE apontava em 1988 para a necessidade de uma forte presença da elite local na cena política, sob as mais diversas motivações. Essas iam desde uma apologia do papel político desempenhado pelo ouvidor Theotônio Segurado, entre 1821 e 1823, até a elaboração e defesa da autodeterminação política do Estado do Tocantins, enquanto alternativa para amenização dos problemas da fome, miséria, desemprego ocorridos no país e na região. Este seria o último Eldorado do país (OLIVEIRA, 1989, p. 34-35).

É acobertado por este contexto que o discurso autonomista é reapropriado. Aproveitando as informações que o tornaram deputado federal em 1971, com sua base eleitoral na região Centro-Norte do atual Estado,

emerge José Wilson Siqueira Campos. Sua representação política, minimizada pelos interesses goianos, é catapultada ao campo da imaginação, nos termos de Anderson (2003), quando seu voluntarismo assume publicidade nacional. A questão autonomista expandia-se ao leme das discussões sobre a modernização do Estado brasileiro. Havia um temor generalizado que o executivo brasileiro (o governo Sarney) suplantasse o legislativo na transição para a democracia e a nova constituição. Essa ruminância estrutural tornava mártires desnecessários, já que o Congresso Nacional retomava sua relevância e ajuizava preventivamente sua indissolúvel permanência como pilar democrático.

Os dossiês com informações geográficas, sociais, econômicas que justificariam a autonomia do desejado Tocantins, convertidos no Projeto de Lei nº 218 de 1984, apresentados e ratificados pelo Congresso em 20 de março de 1985, pararam no veto presidencial (abril do mesmo ano). A título das elucidações que se seguirão, reproduzem-se abaixo as justificativas do texto do Projeto, apoiadas no impresso *O Libertador*, de 1985 (CAVALCANTE, 2003, p. 113-114):

- 01)** autonomia política e administrativa do Norte Goiano, com a criação de cargos de governador, vice, três senadores, seis deputados federais e 18 deputados estaduais, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Secretarias de Estado, órgãos federais e autarquias, instalados em âmbito regional, servindo a todos os habitantes da área com economia de petróleo, espaço e tempo, e novas oportunidades de empregos públicos federal e estadual;
- 02)** criação de um novo polo irradiador de cultura e de progresso com a implantação da capital no Norte goiano;
- 03)** aplicação de mais recursos federais na região, pelo prazo mínimo de dez anos, como vinha acontecendo com os Estados do Acre,

Mato Grosso do Sul e Rondônia, além da receita gerada internamente e de programas de incentivos, a fim de se consolidar a infraestrutura, beneficiando todos indiscriminadamente;

- 04) aceleração do processo de desenvolvimento integrado da região que não era menos rica que Mato Grosso do Sul e nem do que Estado de Rondônia;
- 05) aumento da confiança do empresariado nacional, do capitalista e do banqueiro para investir na região, explorando suas riquezas latentes, transformando a matéria-prima, nela abundante, em produtos manufaturados e gerando, conseqüentemente, milhares de empregos também na iniciativa privada.

Os tópicos revelam o caráter desenvolvimentista do Projeto. As orientações econômicas desta política foram estabelecidas por pensadores ligados à *Comisión Económica para América Latina* (Cepal), ligada à Organização das Nações Unidas, estabelecida pela Resolução 106(VI) do *Consejo Económico y Social*, de 25 de fevereiro de 1948, iniciando suas atividades no mesmo ano na cidade de Santiago do Chile. É preciso cautela para não confundir o desenvolvimentismo como outros fenômenos associados. Trata-se da “defesa da industrialização e do intervencionismo, que atrai desde políticas econômicas expansionistas, pró-crescimento, até o planejamento e a criação de empresas e bancos de fomento estatais, geralmente emoldurados por uma retórica com apelos ideológicos nacionalistas” (FONSECA, 2004, p. 225-256).

As bases apresentadas no Projeto de Lei direcionariam o Estado à exploração das disponibilidades materiais, como ocorrera outrora com Rondônia e Mato Grosso do Sul. A preocupação com o desgaste ecológico da terra, por exemplo, seria anacrônica no contexto pré-constituente. Em nível governamental, as ações que buscavam a racionalização com o ambiente eram

soterradas pela ânsia com o desenvolvimento e o progresso material, argumentos válidos às elites político-econômicas.

Em 4 de dezembro de 1985, o projeto foi reapresentado pelo Senador goiano Benedito Ferreira/PDS, aprovado e, mais uma vez, vetado na íntegra. Oficialmente, Sarney não encamparia a decisão de modificar a estrutura política da Federação, considerando a aproximação da Constituinte. É incluído nessa justificativa oficial o “fato de a criação de mais um Estado implicar em ônus para os cofres públicos e o Governo Federal não dispor de recursos. Além disso, o novo Estado era inviável economicamente, posto que não tinha receita suficiente para se sustentar” (CAVALCANTE, 2003, p. 114). A evasão estratégica implicaria em possíveis embates políticos, absolutamente dispensáveis na altura das dificuldades econômicas de sua gestão.

A Conorte, numa nota com referência a uma espécie de “complô contra os excluídos do Norte Goiano”, denominada *Aos irmãos de Goiás*, lastimava “que as mãos do presidente José Sarney tenham editado um veto ao estilo expiatório da contenção de gastos, penalizando uma Região marcada por 176 anos de desnível social adverso, na qual vive expressivo contingente de coestaduanos seus” (CAVALCANTE, 2003, p. 114). Vários deputados se posicionaram contra e a favor do veto presidencial. Como retaliação, o PDS de Goiás obstruiu os projetos do Presidente José Sarney até que o Estado fosse criado. A OAB de Goiás e Assembleia Legislativa (esta representada por deputados do PMDB, PDS e da Frente Liberal) redigiram apelos à Presidência no sentido da reconsideração de seu veto.

O então deputado Moisés Abraão reiterou a questão da legitimidade que seria possibilitada posteriormente com a Constituinte e nas eleições em 1986, “quando então o Norte terá representantes legítimos que irão reivindicar pela Região, e não esses homens que, ao invés de buscar benefícios, vêm buscando o voto fácil através da demagogia”. Tarzan de Castro foi categórico

quando avaliou a velocidade em que a questão estava sendo conduzida pelos deputados Siqueira Campos e Benedito Ferreira, ambos do PDS, na mesma edição de *O Popular*:

Quero propor que essa ação seja discutida, debatida e não votada a toque de caixa, como querem alguns oportunistas. (...) não aceitamos que esta tese [a criação do Estado do Tocantins] seja aproveitada por alguns parlamentares que veem na bandeira apenas uma forma de se elegerem, por pura demagogia, sem levar em conta os interesses reais do povo nortense (*O POPULAR*, 07 dez. 1985 citado em CAVALCANTE, 2003, p. 115).

A posição do deputado Tarzan de Castro quanto à insistência de Siqueira Campos com a separação, bem como a preocupação de que o povo não tivesse efetiva participação nesse processo possibilita refletir que tipo de relação seria estabelecida com a iminente autonomia tocaninense. O próprio Presidente José Sarney, na mensagem nº 22, de 03 de abril de 1985, em justificativa ao veto, recrudescer a ideia do agravamento das dificuldades locais:

diferentemente do ocorrido com a criação do estado do Mato Grosso do Sul, em que uma região tão ou mais desenvolvida que aquela onde se localizava o centro das decisões administrativas do estado oferecia plenas condições para instalação de um governo próprio, a criação do estado do Tocantins, *desmembrando o estado de Goiás, poderá se constituir em fator de agravamento das dificuldades locais*, especialmente em razão da impossibilidade atual de aplicação, pela União, de recursos volumosos na região (grifo nosso) (*DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL*, 19 abr. 1985).

A reação de Siqueira Campos, num discurso proferido na Câmara dos Deputados, denota peculiaridades, num tom claramente defensivo, quanto ao seu desejo pela criação do Estado do Tocantins:

Em reiterados pronunciamentos que tenho feito (...), tenho dito que não tenho ambições quanto a cargos, fama ou quaisquer outras vantagens pessoais. (...) Com toda a humildade, serenidade e fortaleza de espírito de um verdadeiro cristão, renovo a disposição de fazer todo e qualquer sacrifício, se me for exigido, para ver o sonho tocaninense realizado. Estou disposto a não mais concorrer a qualquer cargo eletivo, a abandonar a vida pública, a partir do momento da publicação da lei criadora do Estado do Tocantins. (...) *O meu objetivo é ver criado e implantado o Estado do Tocantins, pois este é o maior anseio de todos os habitantes do atual Estado de Goiás*” [grifo nosso] (*DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL*, 19 abr. 1985, p. 599).

O programa “Diário da Constituinte”, exibido em rede nacional e registrado pela própria Câmara dos Deputados, possui em alguns excertos selecionados a sujeição do discurso autonomista às resistências: sejam as ativas, sejam as que consideravam uma questão irrelevante. Os vídeos ainda são hospedados pelo sítio da Câmara Federal, dos quais seguem transcrições pontuais. Irrompem falas que, essencialmente, consideravam as questões econômicas de outros grupos políticos, eventualmente alegando o já mencionado “clamor popular”: “Começaremos a fazer a redivisão territorial que o *Brasil* reclama há muito tempo. Além disso, têm propostas muito boas, que fortalecem a Federação, que amplia, mas sem perder o equilíbrio, a autonomia dos estados, que *modernizam* a federação brasileira” [*grifo nosso*] (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987-1988, n. 039).

Ainda:

O ministro do interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, falou na Subcomissão dos Estados, uma das três que compõe a Comissão da Organização dos Estados. Ele defendeu a necessidade urgente da descentralização no país para minimizar as desigualdades regionais. “Veja que o próprio ministro disse que é urgente a necessidade de uma redivisão que o país inteiro reclama. Essas são palavras dele, o ministro do interior, que ora faz uma palestra brilhante na nossa Subcomissão. É inadiável pelo clamor popular que denuncia a ausência de governo das regiões mais ricas potencialmente mas de população mais pobre e isoladas. É inadiável pelo processo de inchação de quatro ou cinco megalópoles brasileiras (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987-1988, n. 033).

Com o cenário de disposições dos parlamentares, variáveis por efeitos da persuasão do discurso autonomista ou acordos políticos, infere-se um uso conspícuo, distinto, de massas invisíveis, que clamavam isoladas e falavam por meio dos parlamentares norte-goianos. Afinal, o poder pode ser manifesto por procuração ou doação? Trata-se de uma usurpação dos dominados em detrimento dos dominantes? Nesse momento, calha dispor algumas posições sobre a manifestação do poder ou a disposição de elementos que possam oferecer mais suporte para compreensão das relações entre os representados e os representantes políticos.

Reis sem terra e súditos: gênese do Poder

A emancipação do Estado do Tocantins, em 1988, foi mais que uma ruptura política. Tratou-se do momento-produto de um imbricado processo histórico de relações sociais, especialmente as representativas. Autolegitimados como líderes, ascenderam à condição de criadores, supostamente detentores de um poder diferenciado. Antes da reflexão sobre a ideia da criação, convém uma discussão sobre conceitos de poder e como podem ser aproveitados para estabelecer protótipos dessa análise específica.

Refletiremos brevemente sobre como a gênese do Público, representativo, é relevante para que as demais extensões do poder possam ser compreendidas e contextualizadas. Consideremos, primariamente, a existência de um Público, emissor, e um público, receptor. Uma relação comunicativa, portanto. Trata-se de uma relação entre indivíduos, que, por sua vez, podem se alinhar em grupos. Emergem plurais definições e usos dos tentáculos das definições sobre o que é, efetivamente, o poder. Algumas das tentações mais recorrentes são as que apontam dominantes, de um lado, e dominados de outro, mas, não são as únicas. Sem esgotar ou desconsiderar os vários debates sobre a natureza do poder, assumiremos argumentos propostos por Max Weber, Hannah Arendt e, em seguida, de Michel Foucault.

Num prisma imediato, as discussões de Weber alimentam a relação em que o poder é manifesto como uma disputa de vontades, ou forças. De acordo com o próprio, “poder significa toda oportunidade de impor sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade” (WEBER, 1971, p. 219). É tratado, assim, como objeto tangível, alcançável e consciente esforço de manutenção. Em outras palavras, se manifesta como o próprio ato necessário à imposição de uma vontade sobre outras vontades.

Weber debruçou-se na interpretação de alguns fenômenos da manifestação do poder sem que os aspectos inerentes à ciência sejam desconsiderados. Utiliza, para esse fim, tipos ideais ou instrumentos para alcançar, pela abstração, “um objeto categorialmente construído” (WEBER, 1993, p. 203). Assim, o analista social listaria definições e características amplificadas, exageradas e unilaterais, para assim comparar com a realidade e, desta maquete, criar referências de afastamento ou proximidade. A partir do paradigma de que as normas sociais se concretizam exatamente quando se manifestam ativa e reativamente nos indivíduos, apresenta quatro tipos (ou possibilidades) de ação social para estabelecimento de uma relação de poder:

- 01)** as racionais por valores - em que o ato é baseado em valores e seu próprio código cultural, desconsiderando como relevantes possíveis efeitos nos receptores;
- 02)** as instrumentais (racionais com relação afins) - são mais pragmáticas por considerarem outras perspectivas e avaliações até que se chegue à decisão motriz;
- 03)** as afetivas (ou emocionais) - em que sentimentos pessoais determinam a decisão de manifestar o vínculo;
- 04)** as tradicionais, situadas no espaço dos comportamentos herdados e reproduzidos como parte inquestionável do tecido social.

Estas características não se apresentam de forma pura, como alertou Weber, mas podem orientar os desdobramentos do poder, aqui instrumentalmente assumido como a referida relação de submissão impositiva.

Arendt pensou o poder como um mecanismo para alcançar um acordo quanto à ação comum, logo, um contrato social. A partir do diálogo com clássicos europeus das relações políticas, define o poder desde uma digressão ideológica: o uso da violência. Apartá-los, aliás, é o que diferencia da definição

weberiana, já que a violência era confundida como a mais flagrante manifestação do poder (ARENDETT, 1994, p. 31). Essa distinção é destacada quando diferencia a potencialidade de ação social (que somente pode ser identificada nas relações de grupo) e o uso da força (marcadamente individual, impositiva e física). Enquanto a força depende de fatores materiais para perpetuação e tende a implodir, a ação social, descrita como o poder em si, reside na pluralidade, pode interagir e até confluir num ambiente consensual. Dessa forma, os ânimos, quando respeitados, podem ser domados (ARENDETT, 1987, p. 213-214).

Devidamente separadas a força e ação social, e para incluir mais inferências à concepção teórica, há ainda alguns elementos a serem investigados. Um desses conceitos, extraído das derivações da violência, é o vigor. Emana de um indivíduo como um conjunto de habilidades que alimentam em seus interlocutores uma relação de submissão e silenciamento. Os receptores são induzidos, pela presunção ou reforço de sua “inferioridade”, a creditar ao vigoroso a capacidade de decisão pelo grupo: “ele(a) sabe o que é melhor para nós”(ARENDETT, 1994, p. 36).

Se o poder só existe no consenso, aquele que, por algum motivo se isola, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja sua força e por mais válidas que sejam suas razões. Refere-se, portanto, a uma ação comunicativa, um espaço onde há falantes e ouvintes:

o poder corresponde à habilidade humana de agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dissemos está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde origina-se o poder (...) desaparece, o seu poder também desaparece (ARENDETT, 1994, p. 24).

O uso da ideia de acomodação, omissão ou submissão, não é como (quase) nada é na ciência, aleatório. Falar, bem como ter espaço para falar,

representa uma propriedade constitutiva potencializada no último século, já que o acesso à comunicação midiática depende de uma série de ferramentas historicamente negadas à maioria da população, como o uso da norma culta das línguas. Aprimorando o domínio do palanque, onde aquele de mais argumentos e voz mais audível teria mais propensão à conquista do ouvinte, exclui-se gradativamente a possibilidade de réplica. O microfone o faz, depois o rádio e a televisão, restringindo interação e intervenção direta nos discursos, bem como ampliando o campo de interferência e alcance dos discursos. Apressadamente, afirmaríamos que é estabelecida uma relação de dominação-submissão. Weber acederia à proposição, provavelmente.

Pelo olhar de Arendt, não é possível afirmar que um poder tocantinense foi constituído, no caso do representativo e político, já que, para alcançar um consenso, esperar-se-iam condições iguais de manifestação. Entre os argumentos utilizados para legitimar a separação do Norte do Estado de Goiás, apresentaram procurados nas 73 mil assinaturas apresentadas em 1985 no Congresso Nacional, para demonstração do apoio popular no futuro território. Foram colhidas pelas bases copartidárias dos congressistas no interior do Estado. Porém, não foi localizado nenhum estudo sobre as condições de obtenção dessas anuências. Que se entenda não se tratar de uma suposição de fraude ou manipulação. Apenas que a ação dos aliados políticos foi mais ativa, ou visível, que de manifestações públicas populares.

O uso da teoria weberiana sobre o poder político, bem como as reflexões de Hannah Arendt orientam interpretações sobre a necessidade de se formalizar uma autoridade em poder constituído. O aparato teórico de Weber na análise da Alemanha bismarckiana pode ser útil ao elencar aspectos propagados de um poder no Tocantins, antes de sua fundação efetiva. Para ele, a política está alicerçada, inerentemente, nas relações de poder. Estas relações estão presentes nas diversas esferas da vida social, porém, o que lhe interessa

são as especificidades dessas relações no âmbito estatal. Pressupõe a passividade do submisso, mesmo que não se negue que, em algum momento, as condições que legitimavam o dominador deixem de existir.

Foucault (1979) contribui para que os parâmetros se estendam. Infere a imposição do poder como o desdobramento de relações de força. Neste sentido, o funcionalismo econômico do materialismo histórico não cabe como elemento definidor da manutenção das relações de produção e reprodução da dominação de classe. Tanto o pensador francês quanto Hanna Arendt concordam nos fins que a gênese do poder depende de outros fatores aos materiais-econômicos (FOUCAULT, 1979).

Enquanto Arendt apresenta o poder como produto de um consenso, e Weber, da imposição de vontades, Foucault descreve o poder como um fenômeno circular. Para ele: “O indivíduo é o efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1979, p. 183-184).

Numa recente autoanálise de sua trajetória política e importância, Siqueira Campos personifica o processo de separação do Estado. Afirma: “Lutei 40 anos pela criação do estado. Fiz greve de fome e fui preso. Sofri que nem couro de picar fumo. Mas não separei esta região do norte de Goiás para voltar a ser corredor da miséria” (BASTOS, 2010). O uso da primeira pessoa realça uma visão apressada de sua condição, de acordo com Foucault:

O poder (...) não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. (...) Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Como operador de dominação, Siqueira insiste em atribuir a si mesmo, em toda declaração pública, a criação do Estado. Justamente por usar essa figuração eventualmente, pode justificar-se o desgaste de sua imagem pública (ou, ao menos, não ser uma unanimidade). A fabricação dos sujeitos, de acordo com Foucault, depende de relação de sujeição afetiva, que é mutável e delicada: é necessária uma aceitação sensível dos demais na teia de poder. Os próprios operadores de dominação se fortalecem, num momento, e se negam e anulam em outros. O jogo de acordos, dinâmico, garante que o poder seja, portanto, multifocal (FOUCAULT, 2000).

O poder se exerce com objetivos e metas, mesmo que não resulte da arquitetura de somente um indivíduo, embora se aceite o impacto na formatação de sua intencionalidade. Não há como, considerando as vicissitudes de cada ser humano, prever a exata dose de intervenção para que se sustente o operador de dominação. Partindo da análise dos antagonismos, das oposições, Foucault argumenta que: “para compreender o que são relações de poder talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações” (1996, p. 234). Os limites, o além, deveria constar na pauta de compreensão do Estado, não na concentração das versões oficiais, produzidas e intencionais.

Navegar entre interstícios socioculturais é iniciativa germinal, se postado que todo ir e vir na construção identitária possui um trâmite. Ainda não foram exploradas, pela abrangência da propugnação, as possibilidades inerentes para ampliar o leque de redimensionamentos teóricos e interpretativos. As escolhas denotam campos determinados, objetos concretos e, obviamente, públicos reconhecíveis. De fato, a abrangência e dinamismo da interação entre os mutantes universos advindos da História e seus agentes, entre identidades constitutivas e concebidas, afasta muitos pesquisadores. Ao situar o foco no “além”, limite das concepções pragmáticas de estruturas

organizacionais, aduzimos a um campo aberto, com contribuição inquestionável à compreensão de modelos culturais nascentes/renascentes. Implica extrapolar pela apropriação do entre-lugar:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação das diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade (BHABHA, 2003, p. 20).

Se análises próximas a eventos assumem a personalidade do sujeito, relatar acontecimentos mais distanciados de seus olhares e memórias exige mais cautela ainda. São representações que incorporam intencionalidades e legitimidades sociais, espaços demarcados, argumentos identitários e não-raro, apropriações incoerentes com realidades mais amplas. Nesse sentido, rotular o tópico com o emblema da sedução se justifica pelo direcionar de argumentos para paixões que tendem a ser efêmeras, infantis e egocêntricas, ora por tormento, ora por acalanto (REZENDE, 2002, p. 39). A ideia de sentir percepções historiográficas em qualquer contexto exige preocupações e não poderia ser diferente ao tratar do Tocantins.

Tornar-se público é, doravante, ser visto e ouvido. Em tempos da dinamicidade midiática, é também se apropriar dos focos e interesses dos controladores de imagens. Tornar ideias públicas implica multiplicá-las impositivamente. Acreditar na passividade do receptor é outra história...

Com o experimentado exercício da hipérbole, podemos recortar uma situação histórica específica para especular sobre as escolhas mais provocativas que possam legitimar um poder. Este exercício dialógico, há tanto estimulado na ciência histórica, deve-se, alimentando-se em seus cuidados e métodos, da História Comparada. Não trataremos das primeiras proposições de Bloch, mas da exploração de possibilidades mais recentes, nas intervenções do Imaginário e

Psicologia Social. Pela seleção de práticas culturais distintas temporalmente, recortando as motivações ideológicas e políticas em comportamentos individuais (um fragmento/estilhaço da história de vidas comparadas, de Plutarco) é possível arrazoar semelhanças e distinções (BARROS, 2007, p. 309) com a ressalva de ser um instrumento analítico experimental, já que o espaço não permite o mergulho que a seleção exigiria. Antes da apresentação do fato, recomendação metodológica, disporemos de forma sintética algumas digressões sobre o contexto desse clímax.

A ascensão dos Ouriços: o discurso e a persuasão

A pluralidade de posturas sobre o ato criacional do Tocantins permite utilizar um *meme*, como recurso ilustrativo. Simplificadamente, *memes* são ideias, melodias, jargões, imagens que são reaproveitadas em outros contextos, se multiplica e agrega outras possibilidades interpretativas. É como o gene (daí sua derivação etimológica), que após a reprodução dos seres vivos, se replica indefinida e dinamicamente (DAWKINS, 1989).

Começemos na ilha grega de Paros, na primeira metade do século VII a. C., com um fragmento atribuído a Arquíloco. A tradução não é objetiva, mas o sentido se aproxima a “A raposa sabe muitas coisas; mas o ouriço, somente uma grande”. Uma interpretação oportuna poderia atribuir ao conhecimento da raposa vários mecanismos de ataque, artimanhas para alcançar seu objetivo. O ouriço, por outro lado, ataca e defende com os espinhos que possui. Isaiah Berlin associou indivíduos aos ouriços, com uma descrição pungente:

Poucas coisas têm sido mais prejudiciais que a crença por parte de indivíduos ou grupos (ou tribos ou Estados ou nações ou igrejas) em que ele, ela ou eles detêm a posse isolada da verdade. Especialmente em relação a como viver, o que ser e fazer – e de que aqueles que divergem deles não apenas estão equivocados, como são maus ou loucos e precisam ser freados ou suprimidos. É uma arrogância terrível e perigosa acreditar que você, e você apenas, tem razão; que possui um olho mágico que enxerga a verdade e que outras pessoas não podem estar certas se discordam disso (BERLIN, 1974).

Lafer estende uma análise, usando a mesma observação de Arquíloco. Para ele, as raposas, mais estrategistas (ou racionais com relação afins, com a permissão filosófica do diálogo sociobiológico), se interessam por várias coisas, “perseguem múltiplos fins e objetivos, cuja interconexão, ademais, não é nem óbvia nem explícita”. Os *ouriços*, que nos interessam sobretudo nessa análise, “seriam aqueles que tudo referem a uma visão unitária e coerente, a qual opera como um projeto organizador fundamental de tudo o que pensam. Tendem, portanto, a uma perspectiva centrípeta e monista da realidade. A tendência que aí se manifesta é centrífuga e pluralista” (LAFER, 1997, p. 55).

A crença absoluta da verdade e negação de outras perspectivas aparece no discurso de Siqueira Campos, em reação ao veto do Projeto de Lei que instituía a criação do Tocantins. Reforça que estaria “disposto a todo e qualquer sacrifício”, inclusive se despojar de “cargos, fama ou quaisquer outras vantagens pessoais”. Continua suas disposições afirmando “não mais concorrer a qualquer cargo eletivo, a abandonar a vida pública, a partir do momento da publicação da lei criadora do Estado do Tocantins” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 19 abr. 1985).

Por mais que os discursos políticos, em ambas as manifestações ou comportamentos, tivessem força e acompanhamento (ouvintes), seria necessário materializá-lo. Até porque o poder político, só pode ser pensado como prática, caso contrário é apenas uma hipótese. “Isto significa que, sendo uma prática, não pode pairar como nuvem numa superestrutura” (BRUNO, 2009, p. 19). As contradições futuras desse compromisso (está em seu terceiro mandato como governador, um cargo eletivo, portanto), mesmo que retórico, serve à exemplificação de um indivíduo-ouriço (ou um comportamento específico desse tipo ideal).

Conforme apresentado anteriormente, a ação racional com relação a valores, proposta por Max Weber, também ilustraria o ouriço. Nele, o ato é baseado em valores e seu próprio código cultural, desconsiderando como relevantes possíveis efeitos nos receptores. Entretanto, nem toda ação provocativa é objetivamente egocêntrica. Pode, mesmo numa greve de fome, partir de uma análise estratégica, para arregimentar solidariedades, cumplicidades e empatia.

Dispostemos, para dar sequência ao *meme*, “indivíduos-ouriços” definidos por valores monistas, absolutos. Aqueles que insistiram, com todos os métodos disponíveis, por uma causa. De um lado usaremos a greve de fome declarada pelo Deputado José Wilson Siqueira Campos (cujo contexto de deflagração está brevemente relatado no quadro abaixo). Do outro, os referenciais jejuns de Mohandas Karamchand Gandhi, o *Mahatma* (do Sânscrito, “Alma Grande”) indiano. Dadas as notadas diferenças, alguns elementos podem ser analogicamente correlacionados, pelas semelhanças (releve-se a brevidade dos argumentos):

Sujeito	Motivação	Estratégia de ação
<i>Mahatma</i> Gandhi (nascido em Porbandar, Estado de Gujarat em 1869. Morto em Nova Déli, em 30 de janeiro de 1948).	Emancipação política da Índia, colônia da Inglaterra, opressão dos trabalhadores indianos e crimes contra os direitos civis, na África do Sul e Índia.	<i>Satyagraha</i> (literalmente, “força da verdade”), princípio pelo qual ninguém é obrigado a se submeter à injustiça. <i>Abimsaé</i> a base moral: “embora nós possamos atacar um sistema injusto, nós sempre temos que amar as pessoas envolvidas”. A partir da desobediência civil (Henry Thoreau) e não-cooperação, além do amor e respeito a todas criaturas vivas, usou os jejuns para incentivar as mobilizações e protestar contra a opressão britânica. Em 1932, protestou contra o regime de castas e a segregação dos párias. Foram 21 dias iniciados em 8 de maio de 1933 (FIGURA 1). O jejum se repetiu em Bombaim em 3 de março de 1939. Em ambos, houve repercussão e acompanhamento radiodifusor, transmitido para o mundo inteiro.

Sujeito	Motivação	Estratégia de ação
Siqueira Campos (nascido em Crato, Estado do Ceará, em 1929)	Emancipação política do Norte Goiano, parte do Estado de Goiás e suas “gentes isoladas e sofridas”. “Dizia eu, então deputado estreato: Venho com as retinas impregnadas e a alma enriquecida das imagens do universo físico e espiritual de minha gente, de suas terras, de seus rios, de suas belas e incomparáveis paisagens. (...) Venho das terras habitadas pelas gentes isoladas e sofridas da margem direita do rio Tocantins e do Nordeste goiano”. Discurso na entrega do abaixo-assinado de 73 mil pessoas pela criação do Estado do Tocantins.	Mobilização política e midiática, pela reparação das injustiças traduzidas no abandono do Norte de Goiás. Segue a descrição da greve de fome (FIGURA 2): “No dia 13 de dezembro de 1985, às 15h, após 98 horas e 35 minutos, mais de quatro dias, Siqueira Campos suspende a greve de fome, atendendo a apelo unânime do Diretório Nacional do PDS e do seu presidente, senador Amaral Peixoto, que se compromete a lutar pela aprovação do novo projeto que Siqueira Campos apresentasse com a mesma finalidade. Também atende ao apelo do governo federal, feito pelo ministro Ronaldo Costa Couto, após ouvir o presidente Sarney, ocasião em que é atendida a exigência de Siqueira Campos no sentido de criar e instalar a Comissão de Redivisão Territorial, no Ministério do Interior, nomear um membro dela por indicação do deputado tocantinense e dar prioridade aos estudos para a criação do estado do Tocantins”.

Figura 1: Gandhi jejuando em 1924, e a jovem Indira, filha de Nehru, que seria o Primeiro Ministro da Índia.



Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gandhi_and_Indira_1924.jpg. Acessado em: 16 maio. 2010.

Figura 2: Siqueira Campos em Brasília, 13 de maio de 1986.



Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/siqueiracampos/4761674425/in/set72157624421535772/>>. Acessado em: 5 maio. 2010.

De acordo com Jung, processos de individuação – ou o processo de assentamento das singularidades, de tornar-nos o nosso próprio *si mesmo* – não podem ser completamente devassados, mesmo numa pesquisa que se dedique somente a fazê-lo (1978, p. 49). A integração “conscientizatória” (entre consciente e inconsciente) e arquetípica, em toda sua complexidade, possui, para o psicanalista, uma unidade denominada *self*, em que, literalmente, há uma transcendência, uma interação-embate que conduz a uma nova constituição psíquica.

Infirmos, pela teoria junguiana, de que ambos os sujeitos alcançaram relativa maturidade no processo de individuação e selecionaram arquétipos, formas a serem preenchidas, para defini-los individualmente. Dentre os tipos de personalidades descritas por Jung, a personalidade Mana é propositalmente interessante. Em digressões mais simplificadas pode ser vista como o carisma (derivado dos vocábulos grego *khárisma*, atos, graça; favor, benefício, através do latim *charísma*, *âtis*, no sentido da doação ser direcionada). Possuem magnetismo político, liderança, tendem ao poder representativo. Não são

numinosos (*numinosum*, outra categoria junguiana), como instância ou efeito dinâmicos de um ato arbitrário da vontade, individualmente, quer dizer, messiânicos, vítimas ou submissos a um criador.

Por mais que respondam a anseios sociais, um inconsciente coletivo, formataram demandas internas e as multiplicaram, utilizando símbolos e relatos metafísicos, espiritualistas. No caso do Mahatma, interferiu a crença brãmene na transcendência pelo desprendimento é estimulada entre os hindus, como narra o *Bhagavad-Gita*. Trata-se de um diálogo entre Krishna, um dos avatares de Vishnu, e seu discípulo Arjuna (FIGURA 3): “A ciência do conhecimento transcendental há sido dividida para você, Ó Arjuna. Agora ouça a ciência dedicada de Deus, ação desapegada (Seva), por ela favorecida você irá tornar-se livre do cativo kármico, ou pecado” (BHAGAVAD-GITA, 2.39). Na decodificação da *International Gita Society*, o preceito da abdicação para aprimoramento, utilizado e reconhecido por Gandhi, é notório. Os dois textos sagrados são referenciais como ligação para a formação moral de ambos, um influenciado pelo Bramanismo e outro, o Cristianismo; explicam o sentido do jejum, da privação material para ascensão espiritual.

Figura 3. Krishna e Arjuna, no Bhagavad-Gita.



Disponível em: <<http://www.pujaportal.com/?p=4>>. Acessado em: 08 ago. 2010.

A ação desapegada é também chamada de Seva, Karma-yoga, sacrifício, yoga ou trabalho, ciência da ação própria, e yoga da tranquilidade. Um Karma-yogi trabalha com amor para o Senhor conforme a sua responsabilidade, sem o desejo egoísta pelos frutos do trabalho, ou apego egoísta para com os resultados, e torna-se livre de todo o medo. A palavra karma também significa obrigação, ação, feito, trabalho, esforço, ou o resultado de ações passadas (BAGHAVAD-GITA, 2.39).

A representação pode ser o “ato constitutivo idêntico e radical do real e do imaginário”, de Morin (2002, p.186), ou o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais, de acordo com Chartier (1990). Usando o prisma da cultura para definir objetos da História, sugere uma tríade cognitiva e dialógica, incluindo a apropriação e a prática cultural. A apropriação é a lógica que define o consumo cultural como uma produção ativa, porém, que demarca seu *devir* pela maneira de usar os produtos (entre a tática e a estratégia). A prática cultural é uma “noção que deve ser pensada em sua totalidade, das instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, técnicas e realizações (por exemplo, os objetos culturais produzidos por uma sociedade), mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador” (BARROS, 2005, p. 129).

A tradição corporificada por Siqueira Campos conduz a uma representação cultural de purificação e autoimolação: o jejum. Como parte da ritualística judaica, a lei mosaica, orientava a prática da ascese e de remarcação do compromisso comportamental com Iavé. Apropriada pelo cristianismo, demarcava espaços sociais no medievo europeu, de forma que a privação de alimentos, trajada representativamente da humildade querida ao Cristão, era uma forma de alcançar o modelo do Cristo, logo, da salvação. Na perspectiva da percepção, iniciam-se signos semelhantes, *imagos* reconhecíveis à maior parte do público receptor. Usando-os, imprimia duração a seu poder simbólico, capitalizando e acumulando recursos que garantiriam a representação desejada. Mais que arregimentar

eleitores, é um processo de aproximação de seguidores e a autodefinição do guerreiro obstinado, como outrora no relato bíblico das tentações de Jesus no deserto, por 40 dias (FIGURA 4). O salmista bíblico descrevia a condição do jejuador, antes do primeiro século, d. C.: “Quando chorei, e castiguei com jejum a minha alma, isto se me tornou em afrontas” (Sm. 69, 10).

Figura 4: Jesus sendo tentado por Lúcifer.



Disponível em: <<http://www.churcharise.net>>. Acessado em: 08 ago. 2010.

Tornar-se metafísico, afirmando a imutabilidade dos objetos, em sua unidade e a possibilidade de controlar tecnicamente os eventos é característica do Ocidente, especialmente na criação de representações políticas que se pretendam menos efêmeras que o utilitarismo dos representados. Siqueira Campos utilizou (e usa reiteradamente) um elemento imaginado comum, para criar laços identitários: o cristianismo e seus símbolos.

Nesse momento, retomar o conceito de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico é deveras elucidativo. Resguardada a própria definição do *Satyagraha*, não é possível negar que os atos simbólicos, carregados de significações reconhecíveis a hindus, cristãos e islâmicos, por exemplo, tenham garantido autoridade legítima à representação de Gandhi. “De forma irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder”, o simbólico determina uma transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico, eufemizando a ação explícita ou esperada (e a agressividade ou violência que deflagraria como reação à voz imperativa, coercitiva típica dos desdobramentos de força). Produz efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Em qualquer sistema simbólico, hindu ou norte-goiano, há padrões morais, materiais e pressupostos ideológicos que possibilitam a indivíduos a promoção de seus interesses mais aproximados em detrimento dos receptores. São impostas significações, verticalmente, para garantir o envolvimento legitimado dos destinatários, usando as tradicionais relações sociais e identitárias dos mesmos, ou seja, “é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1989, p. 11). A efetividade das relações de comunicação é visceralmente dependente do poder simbólico, traduzido ou acompanhado com o poder material na pós-modernidade, e mais, com a habilidade ou capacidade de acumulação simbólica. Bourdieu descreve, sintetizando os argumentos anteriores:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma —*illocutionary*

force – mas que se define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1989, pp. 14-15).

O caráter imagético da manifestação do poder simbólico potencializa sua absorção na contemporaneidade. As ferramentas midiáticas foram multiplicadas em efeitos e condições de alcance com o advento dos eventos televisivos massivos, especialmente. Gandhi, pelo arquétipo que elaborou e a imolação pressentida, quase adiada pelas tantas situações em que desafiou estruturas e relações complexas de poder, além de herdeiro de um tecido cultural, tornou-se protagonista, um mártir expiado. O mero protesto ou posicionamento contra a legislação metropolitana britânica seria infértil se não se tornasse ótica, visual. Proibir os hindus de fazer o próprio sal motivou uma marcha de 200 km, por 24 dias, sob os olhos da imprensa, da própria organização e aderentes à causa nos locais em que se passava.

A expiação siqueirista, que não teve a repercussão de Mahatma, buscava o *vir a ser*, mas, como ato de protesto e retaliação, apresentou um *ethos* que se repetiria na construção e “paternidade” do Estado que seria discutido na Assembleia Constituinte, com discursos mais pragmáticos e as barganhas e cessões típicas da representação política.

Ao alcançado...

Assim, o “Que se faça o Tocantins”, ou *Fiat Tocantins*, a criação do Estado intertextualizado no título, apropriado do *fiat lux* (que se faça a luz) na criação judaico cristã, somente pode ser sustentada como estratégia política. Creditar um ato criacional a uma pessoa ou um grupo, num sistema humano e geograficamente complexo, é, no mínimo, temerário. As contestações e apoios – a rede social envolvida, portanto – deveria receber alusões, se é que se pode

pensar num momento específico ou possibilidade de criar, um *big bang* que deu origem às superestruturas e infraestruturas que comporiam as dinâmicas temporais do processo.

Uma história das teias de poder no Tocantins pode ser compreendida em relações circulares de incitação entre poder e resistência. ”Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno” (FOUCAULT, 1996, p. 239).

O foco nos comportamentos de Siqueira Campos é necessário, com o risco de que permaneçamos com holofotes de um só eixo, como alerta de que processos históricos são mais complexos que a propagação de que todo o contexto é produto de um indivíduo ou vontade. As disputas de memória ainda precisam ser resgatadas, com ferramentas como a História Oral, para que haja uma confrontação com o “documentalismo” da historiografia social e política tocantinense.

Mesmo em situações extremas, como greves de fome, há intencionalidades nos receptores que deixam claro a complexidade das ações sociais, potencializadas pela comunicação de massa. Talvez Arendt, que via nela a grande possibilidade de um ambiente consensual, propício ao verdadeiro poder, onde todos falam e são ouvidos, não tenha previsto que os microfones estariam amarrados aos espinhos de ouriços tão obcecados em serem vistos ou tão certos de sua predestinação.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 13ª reimpressão da 1ª edição. Londres: Verso, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAGHAVAD-GITA, 2.39 (Versão International Gita Society). Disponível em: <http://www.gita-society.com/language/brazil_chapter02.htm>. Acessado: 12 nov. 2009.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*. Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=173>Acessado: 11 jul. 2010.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. *História revista*. Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-375, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/5472>>. Acessado: 08 Ago. 2012.

BASTOS, Philippe. Em reunião, Siqueira adota o mesmo tom paternalista e relembra criação do Tocantins. In: *Conexão Tocantins*. 03 set. 2010. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2010/09/03/em-reuniao-siqueira-adota-mesmo-tom-paternalista-erelembra-criacao-do-tocantins>>. Acessado: 10 set. 2010.

BERLIN, Isaiah. *Philosopher's zone* (conversation with John Merson). London: ABC, 1974. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/rn/philosopherszone/stories/2009/2593244.htm>> (Áudio e transcrição). Acessado: 14 mar. 2011.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRUNO, Luiza Emília Nuevo Barreto. Poder Político e Sociedade: qual sujeito, qual objeto?. In: FERREIRA BARTOLOZZI, E.; ANDRADE OLIVEIRA, D. (Org.). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. v. 1, p. 81-139. Disponível em: <[http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/nepsi_023ok\[1\].pdf](http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/nepsi_023ok[1].pdf)>. Acessado: 12 jul. 2010.

BURKE, Peter. *A História como Memória Social*. Lisboa: Difel, 1992.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: EdUCG, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Constituinte n. 033*. In: Fundo da Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988 - Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Arquivo. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1807>>. Acessado: 05 set. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Constituinte n. 039*. In: Fundo da Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988 - Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Arquivo. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1807>>. Acessado: 05 set. 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DAWKINS, Richard. *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Brasília: Congresso Nacional. Ano XL, n. 009, 19 abr. 1985.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*. São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História*. São Paulo, n. 120, p. 153-162, jul. 1989.

JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n. 30, p. 55-65, maio./ago. 1997.

MORIN, Edgar. *O método*. 3: O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2002.

OLIVEIRA, Rosy de. *O movimento separatista do Tocantins e a Conorte (1981-1988)*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH/Unicamp.

PARENTE, TEMIS GOMES. O ouro como fonte de atraso. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). *A (Trans)formação Histórica do Tocantins*. 2 ed. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2002. p. 171-182.

REZENDE, Antonio Paulo. As seduções do efêmero e a construção da história: as múltiplas estações da solidão e os círculos do tempo. In:

ERTZOGUE, Marina H.; PARENTE, Temis G. (orgs.). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

RODRIGUES, Lysyas A. *Roteiro do Tocantins*. Brasília: Revista da Aeronáutica, 1987.

SALMOS. In: *A BÍBLIA: tradução ecumênica*. São Paulo: Paulinas, 2002.

SILVA, Otávio Barros da. *Breve história do Tocantins e de sua gente: uma luta secular*. Araguaína: FIETO, 1997.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

